

Subdesenvolvimento e Dependência: crítica e contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto

Felipe de Lima Bandeira

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp

<http://lattes.cnpq.br/8990415396918035>

<https://orcid.org/0000-0002-9857-2554>

Marco Aurélio Oliveira Santos

Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa.

<https://orcid.org/0000-0003-3039-6264>

<http://lattes.cnpq.br/5333754444497512>

Francisco Igo Leite Soares

Doutor em Ciências Ambientais (PPGSND - Ufopa).

<http://lattes.cnpq.br/5938594695650101>

<https://orcid.org/0000-0001-6715-4117>

Emanuele Nascimento de Oliveira Sacramento

Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.

<http://lattes.cnpq.br/7972586376749646>

Resumo

O objetivo deste trabalho é sistematizar o arcabouço conceitual de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e compreender de que maneira as críticas ao processo de subdesenvolvimento produzidas por esses autores contribuíram para reformular o pensamento social e econômico latino-americano nos anos 1970 e 1980. Para fundamentar esta análise, além de revisitar a extensa obra desses autores, utilizou-se como fio condutor o livro “Dependência e Desenvolvimento: ensaio de interpretação sociológica”, publicada em 1970 por Cardoso e Faletto. Acredita-se que nessa obra estão colocadas as bases teóricas sobre o que se convencionou chamar de “Teoria da Dependência”.

Palavras-chave: *Teoria da Dependência; Subdesenvolvimento; Fernando Henrique Cardoso; Enzo Faletto.*

Date of Submission: 09-04-2023

Date of Acceptance: 23-04-2023

I. Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, depois de quase uma década de euforia e crescimento das economias latino-americanas, se sucedeu a década pessimista dos anos 1960, marcada pela desaceleração do crescimento econômico e frustração das esperanças de que alguns países latino-americanos pudessem completar o processo de formação do setor industrial com base num desenvolvimento autônomo (FURTADO, 1966).

O período anterior, amparado na retração do mercado mundial pós crise de 1929, impulsionou em alguns países da região, como Brasil, México e Argentina, o aumento exponencial da indústria de bens de consumo não-duráveis, permitindo uma modernização considerável do setor produtivo manufatureiro.

No final dos anos 1950, o mercado interno dos países latino-americanos parecia robusto o suficiente para estimular o automatismo do crescimento econômico, contando para além disso, que a transferência de mão-de-obra de setores de baixa produtividade do campo para os setores de alta produtividade das cidades constituiria um elemento de ampliação deste mercado. No conjunto, parecia estar madura as condições para avançar o processo substitutivo do departamento de bens de capital, pautado em um desenvolvimento centrado na dinâmica interna.

A industrialização poderia passar de seu estágio inicial, expressa como mecanismo complementar do processo de desenvolvimento, para sua fase superior, cuja os componentes exigiam tanto maiores inversões de capital, quanto a incorporação de novas tecnologias, dinamizando as forças propulsoras do mercado interno, permitindo que se destravassem as barreiras estruturais que impediam o progressivo crescimento e desenvolvimento econômico.

Neste sentido, as tarefas econômicas equacionavam-se por um lado na diversificação da atividade produtiva, aumentando a produtividade do trabalho mediante a incorporação de novas tecnologias, e por outro, no amparo estatal, por meio de inversões que garantissem a infraestrutura requerida.

Esta perspectiva, por sua vez, mostrou-se insuficiente para explicar o desenvolvimento capitalista latino-americano a partir dos anos 1960, pois reconfigurou-se o caráter dependente e o conjunto de forças econômicas e políticas que incidiam nos países latino-americanos.

Não obstante, as orientações desenvolvimentistas que estabeleciam o automatismo do mercado interno como caminho para o desenvolvimento perderam força a partir do início dos anos 1960, quando se constituíram novas relações de domínio e apropriação do excedente capitalista.

Diante deste complexo quadro, ruindo o diagnóstico preconizado pela Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto buscaram responder tanto os limites e insuficiências do nacional-desenvolvimentismo, quanto as condições concretas que fundamentavam os novos termos do desenvolvimento latino-americano.

O objetivo deste trabalho, portanto, é sistematizar o arcabouço conceitual de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e compreender de que maneira as críticas ao processo de subdesenvolvimento produzidas por esses autores contribuíram para reformular a pensamento social e econômico latino-americano nos anos 1970 e 1980.

II. Crítica de Cardoso e Faletto à CEPAL

Cardoso e Faletto (1970) consideraram que a CEPAL, sobretudo nos anos 1950 e 1960, negligenciou a esfera política em detrimento do campo econômico, resultando na concepção de automatismo do mercado interno.

De acordo com Cardoso (1993), para a CEPAL, os pressupostos para a industrialização estavam dados a partir do manejo das políticas econômicas, equacionando a geração de divisas no setor primário com a expansão da produção industrial e aumento da produtividade do trabalho, corrigindo, desta forma, o problema estrutural de deterioração dos termos de troca.

Faltava à CEPAL, na concepção de Cardoso (1993), uma análise mais profunda das relações políticas que fundamentavam o subdesenvolvimento (o estudo do imperialismo e colonialismo), assim como uma melhor definição das formas materiais e sob quais classes se sustentariam as políticas econômicas recomendadas para efetivação desse processo.

Embora contasse com um amplo instrumental analítico para identificar os problemas estruturais, os documentos da CEPAL não definiam com maior precisão sob quais classes e alianças se encontraria as forças para levar adiante o projeto desenvolvimentista. Em que classe buscar apoio: na burguesia nacional, internacional ou nas massas populares? Quais as condições que permitiriam o *élan* para composição e aliança de classes? E mais, onde residia o fundamento da nova dinâmica de reprodução do capital do pós-guerra e como isto reconcionava as alianças políticas capaz de levar adiante o desenvolvimento da América Latina?

Cardoso (1993) observou que por toda parte se discutia o “desenvolvimento econômico”, embora existisse muito vagar sobre as condições políticas objetivas que sustentassem esse processo. A predileção dos economistas e sociólogos era invocar uma possível autonomização da nação sem, no entanto, indicar, como e sob quais circunstâncias isto seria possível.

Para Cardoso e Faletto (1970), a resposta a estas questões não constituía um âmbito estritamente econômico, pois existe uma mediação entre aspiração e possibilidade que somente poderiam ser resolvidas na esfera política. O diagnóstico, como interpretação da situação latino-americana, só poderia ser obtível se se tivesse em conta as estruturas sociais e as tendências dinâmicas que nela se manifestavam, harmônicas ou antagônicas. Estrutura e tendência, no entanto, derivam de uma situação anterior e as vezes apontam para uma direção que pode chocar-se frontalmente com as aspirações de determinados grupos e classes.

O caminho traçado por Cardoso se direcionou para a compreensão das possibilidades para o desenvolvimento latino-americano, tendo como fio condutor o processo histórico e seus elementos de permanente continuidade e ruptura. Cardoso buscou, a partir desta indicação, alcançar os desdobramentos da situação interna e as condições que permitiriam conciliar aspirações e possibilidade.

Cardoso considera que as mudanças sociais que a industrialização produziu, constitui um amplo processo histórico no qual se transformou ao mesmo tempo as bases da vida, das ideias, dos sistemas produtivos e das estruturas de poder. Mesmo a plasticidade e força explicativa inerentes as proposições da CEPAL não eram suficientes para explicar tal dinâmica.

Como afirma Cardoso, (1993, p. 129):

Comparar o que a CEPAL previa com o que de fato estava acontecendo com a industrialização era fácil. Difícil era propor uma alternativa que não se limitasse a crítica metodológico-formal e que, partindo da análise de processos históricos sociais, fosse capaz de definir uma problemática alternativa e quebrasse tanto o “Economicismo” prevalente nas análises sobre o desenvolvimento como o “apoliticismo” das análises sociológicas.

Assim, suas proposições buscavam incorporar os componentes políticos e econômicos que se diferenciavam das análises economicistas, que a seu ver, tomavam como catastrófica e impossível a expansão capitalista latino-americana.

2.1 O método histórico-estrutural de Cardoso

Partindo da relação de determinações recíprocas entre estrutura e processo, como condicionantes para análise global do desenvolvimento, Cardoso busca metodologicamente, por um lado, considerar o caráter concreto das formações históricas particulares subjacente ao processo de desenvolvimento, por outro, compreender nas situações estruturais dadas, “os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que ‘põe em marcha’ as sociedades”(CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 21).

Ao buscar uma perspectiva em que possa vincular os componentes econômicos, sociais e políticos, o autor buscava aprofundar a análise de uma dinâmica que estava apenas formalmente colocada nas teses da CEPAL. Para Cardoso e Faletto (1970), o que produz as modificações estruturais são as ações de grupos e classes que, mediante sua força de dominação, impõe determinados interesses ao conjunto da sociedade.

Seu enfoque ganha extensão e complexidade à medida que relaciona as dinâmicas entre as forças externas e internas(GOLDENSTEIN, 1994). Por sua vez, rejeita determinações mecânicas e imediatas do externo pelo interno: o conceito de *dependência*, para Cardoso e Faletto (1970), busca estabelecer as bases para compreensão da relação em que o externo se vê mediado e enredado por formas particulares de dominação interna que se produzem historicamente.

O subdesenvolvimento, nesta perspectiva, é definido como um processo histórico produzido a partir da expansão do capitalismo comercial e posteriormente do capitalismo industrial, vinculando ao mercado economias com graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passando a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Por sua vez, isso pressupõe uma estrutura definida de relações de dominação(CARDOSO; FALETTTO, 1970)

Desta forma, o desenvolvimento desigual em última instância resulta da expressão superestrutural do processo social, buscando explicar a divisão social do trabalho mediante as relações de dominação que se estabelecem a partir do vínculo interno-externo.

III. O período de desenvolvimento para fora

A ruptura com o pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implicam em profundas mudanças sociais e econômicas na América Latina. O intento de Fernando Henrique Cardoso, identificando no conjunto desse processo um ponto de inflexão, consiste em identificar o modo pelo qual as classes e grupos locais conseguiram estabelecer sua participação no processo produtivo e as formas de dominação para assegurá-las.

A “ordem legítima” que configura e ordena a dominação de classes, fazendo com que se estabeleça e se sobreponha aos demais interesses um interesse particular, é obtido por meio de uma composição de classes, em que se combinam as forças internas e externas.

Nesse sentido, Cardoso, ao tentar definir as distinções entre as economias de enclave e aquelas que, depois de constituídos os Estados nacionais, formaram um setor interno capaz de apropriar parte do excedente produzido, se expressa na problemática de como as nações latino-americanas vincularam-se ao sistema capitalista mundial (CARDOSO; FALETTTO, 1970).

Com a ruptura do Pacto colonial, a comercialização da produção deixou de ser feita em alfândegas e portos ibéricos, para se ligar mais diretamente à Inglaterra. Com isso, foi possível que parte dos capitais anteriormente sob controle da metrópole pudesse passar para os grupos locais, sobretudo setores vinculados à aristocracia agrária. Nos países onde os setores internos se vinculavam à exploração mineral, entretanto, não puderam produzir internamente centros de poder, devido a maior complexidade e volume de recursos exigidos para a manutenção da atividade mineira.

Neste sentido, a explicação do porquê alguns países latino-americanos tiveram maiores condições para se desenvolver em comparação com outros, estaria na forma em que as suas formações históricas se incorporaram aos centros metropolitanos. Esta incorporação, encontrava-se condicionada pela base econômica da produção implantada.

Assim, contrapõem-se, as interpretações que atribuem as características gerais do capitalismo a transposição unilateral aos países latino-americanos, pelos quais somente podem ser compreendidos pela análise concreta dos desdobramentos de tais relações.

3.1 Controle nacional do sistema produtivo

A formação dos Estados nacionais, e a possibilidade de se manter a ordem estabelecida, sem que se fragmentasse o território e o controle do Estado, estava condicionado, sobretudo no caso brasileiro e argentino, pela capacidade de articulação entre os setores dominantes para garantir tanto o controle do sistema produtivo exportador oriundo do sistema colonial, quanto a possibilidade de capitalizar e modernizar os investimentos, de modo a expandir a base objetiva de dominação constituída após a Independência.

Isso pressupunha que se utilizasse de forma extensiva tanto a terra quanto o trabalho. Dada a disponibilidade de tais fatores e a possibilidade de capitalização crescente independente das condições de poupança (FURTADO, 2007), estavam dadas as condições para que a agricultura no caso brasileiro e pecuária, no caso argentino, pudessem se expandir e consolidar. As condições de manutenção do poder, dependiam da concentração e centralização da terra, ao passo que se impediam os colonos e pequenos produtores de sua posse.

Para garantir esse objetivo, forjou-se uma aliança entre os setores modernos e tradicionais, expresso na composição do setor exportador, com os latifúndios improdutivos e os grupos de proprietários marginais ao sistema exportador. O resultado desta aliança foi o impedimento do acesso à terra os colonos pobres e escravos “libertos”.

Essa composição, por sua vez, produziu no interior do Estado os dinamismos da modernização conservadora, cuja mote, consistia na aliança entre restritos grupos agrários, comerciais e financeiros, ao passo que se excluía as massas de colonos, camponeses e escravos da conformação do bloco de poder.

3.2 Economias de Enclave

As economias de enclave constituem-se quando os grupos econômicos locais não conseguem manter o controle, pelo menos parcial, sobre o setor produtivo.

O caso mais geral de formação dos enclaves surge quando os setores econômicos controlados nacionalmente, por sua incapacidade para reagir e competir na produção de mercadorias que exigem condições técnicas, sistema de comercialização e capitais de grande importância, foram paulatinamente desarticulados (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 45)

Assim, os enclaves constituem-se em prolongamentos das economias centrais que, ao dominar o processo produtivo de determinados países latino-americanos, incorpora apenas marginalmente os setores produtivos locais que indiretamente se articulam à produção exportadora.

O fundamental desse processo, é que o dinamismo das economias centrais é o que defini diretamente o desenvolvimento econômico interno dos enclaves, posto que internamente não se constitui uma estrutura dinamizadora dos fluxos da renda.

O dinamismo local perde importância frente as formas de incorporação da produção pelo capital financeiro e comercial dos centros hegemônicos. Diante dessas circunstâncias, formam-se estruturas modernas vinculadas à atividade exportadora, expressas como uma extensão das economias centrais. É ligada e este processo que se organizam as estruturas locais, estruturando a organização social e econômica a partir de uma forte especialização produtiva e forte saída de excedentes.

O “desenvolvimento para fora” nas economias que se constituíram como enclave, não permitiu criar as condições objetivas de dinamização do mercado interno, levando a uma concentração de renda basicamente nos setores internacionalizados. Este processo foi comum tanto aos enclaves agrícolas - como observado na América Central - quanto nos enclaves mineiros.

A distinção nesses dois tipos de enclaves, consiste que as atividades de mineração permitiam que se pagassem salários diferenciados aos trabalhadores mais especializados, sem, entretanto, afetar o setor dinâmico da economia. No enclave agrícola, a expansão se dá sob o caráter extensivo de ocupação da terra e da força de trabalho. O ponto em comum consiste que tanto no primeiro, quanto no segundo tipo de enclave, apresentam-se fortes tendências à um baixo nível de distribuição da renda.

As alianças políticas, se dão basicamente sob hegemonia e controle direto do exterior: tanto eram subordinados os setores nacionais que anteriormente detinham o controle do sistema exportador, e no decorrer da nova etapa de expansão econômica se incorporaram ao enclave, quanto os países que nem mesmo puderam atingir este estágio, tendo desde suas etapas iniciais uma expansão orientada diretamente pelo enclave estrangeiro.

Conclui-se que nos enclaves, a estrutura social aparece constituída como uma massa de assalariados e por uma reduzida oligarquia que consegue controlar o aparato burocrático e militar, juntamente com o sistema de latifúndio improdutivo. Mais tarde, como se verá, os estratos dessa burocracia produziram a base para formação

e expansão da classe média, que terá papel fundamental quando o desenvolvimento se volta para dentro do países latino-americanos, robustecendo o mercado interno.

IV. O Momento da Transição

A integração das economias latino-americanas ao mercado mundial a partir das duas modalidades assinaladas, tem como ponte de convergência o crescimento como base na demanda externa. Este processo atuou objetivamente diversificando as economias nacionais, mesmo que em diferentes ritmos (GOLDENSTEIN, 1994).

Não obstante, as economias que lograram desenvolver-se amparadas numa composição do bloco de poder entre setores externos e internos, puderam apropriar parte do excedente exportador, distribuindo-lhes entre as frações de classe nacional, estimulando os primórdios de uma economia urbano-industrial (IANNI, 1992).

O surgimento dos setores ligados à economia urbano-industrial e sua incorporação ao bloco de poder tem como base uma dinâmica recíproca de modificação da estrutura produtiva e de alianças políticas. Diante disto, a hipótese Cardoso e Faletto (1970) é que os padrões de integração social que permitiram a diferenciação produtiva e a complexidade política assumiram conotações distintas conforme constituíssem as formas de integração latino-americanas ao mercado mundial do período anterior.

Os marcos do subdesenvolvimento e da dependência, passam a ser balizados pela expressão superestrutural da formação das alianças e bloco de poder na periferia. Para Cardoso, portanto, os elementos políticos ganham preponderância diante dos limites econômicos, considerados em sua autonomia relativa (MARTINS, 2011).

O sistema político-social, em seus aspectos mais gerais, foi gradativamente transformado, respondendo às conjunturas internacionais que assolavam de maneira desigual os distintos países latino-americanos, tendo como base as forças sociais e os blocos de poder materializados historicamente nas formações econômicas

Assim, nos setores onde a burguesia interna possui maiores condições de desenvolvimento, a transição do sistema exportador para o fortalecimento do mercado interno pôde adquirir importância desde início do século XX, tendo grande impulso a partir da Primeira Grande Guerra, produzindo uma classe média que ganha importância crescente.

4.1 Transição nos países que controlaram internamente a produção

O fator que ganha importância nas sociedades que conseguiram manter parcialmente o controle interno do setor produtivo é a formação de uma burguesia interna que se constitui e fortalece a medida que por um lado se expandi as atividades exportadoras e, por outro, se desenvolve o complexo urbano-industrial (FERNANDES, 2005).

A existência desse setor da burguesia é precisamente o que possibilitou as mudanças estruturais distintas na fase de transição. O fortalecimento desses grupos produzirá o amálgama social que desagregará o sistema político anterior.

De maneira sistemática, este processo se diferenciou em duas formas:

a) Nas situações, onde a dominação interna se expressa mais precisamente como dominação da burguesia nascentes e dos setores estrangeiros frente aos demais grupos de poder (estes últimos vinculados às estruturas arcaicas, sobretudo no que diz respeito aos latifúndios improdutivos e oligarquias locais, como foi mais nitidamente o caso da Argentina).

b) Nas situações, onde, na impossibilidade de conforma tal bloco de dominação, ganha expressão a composição dos setores agroexportadores com oligarquias e grupos tradicionais, expressando, entre as forças internas do bloco de domínio, uma hegemonia mais diluída entre os setores, como foi o caso brasileiro.

A primeira forma (a), se constituirá como um efetivo “monopólio de classe” no sistema de dominação, pela debilidade dos setores diferenciados dentro da aliança de domínio (CARDOSO; FALETTO, 1970). Na segunda situação, o equilíbrio é obtido mediante um pacto entre diversas classes pela divisão de influência interna do poder estatal.

O que defini essas características é a capacidade de incorporação cada vez maior de capital, pois à medida que se desenvolve a produção com base em atividades eminentemente exportadoras, perde força oligarquias locais, que se deterioram à medida que se tornam menos autossuficientes, e necessitam se incorporar a relações de trocas comerciais, balizadas e dinamizadas pelos setores exportadores. Pode-se dizer, desta forma, que a redistribuição interna da renda - como ocorre no caso do assalariamento da força de trabalho - ao intensificar a divisão social do trabalho, tornam social a necessidade de consumir manufaturas.

Assim, forma-se as condições objetivas para expansão do mercado interno, tais como: expansão da rede de transporte, bancos, educação, serviços públicos etc. Em função desses insipientes núcleos urbanos

surgem as primeiras indústrias, formando por sua vez, uma burguesia que estabelece apenas vínculos indiretos com o campo (PARDO JR., 1977).

Nos países onde a hegemonia dos setores burgueses pôde se dar de forma mais nítida, esse processo dinamizou-se mais rapidamente, impulsionando, no conjunto, o desenvolvimento das forças produtivas, ampliando progressivamente e de forma articulada o mercado interno.

Nos países onde se precisou pactuar uma aliança mais ampla de dominação, como no Brasil, esse processo respondeu a contramarchas em que se coadunavam contraditoriamente os interesses modernos e arcaicos. A burguesia nesses países, mesclaram sua forma histórica a traços oligárquicos, já que a base objetiva de dominação estava mais diretamente ligada à terra, e por sua vez, parcialmente aos grupos econômicos tradicionais.

4.2 Transição nas Economias de Enclave

A transição nos países em que o enclave, mineiro ou agrícola, constituiu o fio condutor da atividade produtiva é marcado por um lado, pela menor divisão social do trabalho, tornando débil o desenvolvimento da burguesia interna e, por outro, dada a dificuldade de formação dos setores médios, de inserção destes setores nas alianças de poder, constituindo trajetória distinta da forma como se deu nos países que controlavam nacionalmente a produção (CARDOSO; FALETTTO, 1970).

A subordinação da massa de camponeses e operários se dará de forma direta, portanto, sem intermediação com os grupos internos, sendo feita por grupos estrangeiros que detém o controle dos enclaves. Assim, a dominação política ganha relevo e projeção em cima da dominação econômica.

Diante deste quadro, mesmo as burguesias internas que conseguiram melhor se colocar ante os enclaves, tem pouca margem de manobra para aumentar seu lastro político, mediante a incorporação de pautas das massas operárias e camponeses. A incorporação dessa massa de excluídos, mesmo que fosse para sustentar as pautas eminentemente burguesas, consistia em grande risco dado o caráter explosivo em que ganhou o impulso reivindicatório dessas classes.

Ante o risco de desmantelamento das formas de dominação, o ritmo de incorporação dos setores médios e mesmo a formação material desses setores se processou de forma muito lenta. Por isso, predominou no mercado interno atividades ligadas às fazendas tradicionais, base de dominação das oligarquias, que pelo menos marginalmente se incorporava na burocracia Estatal.

Foi, portanto, por esta via, que se formou os setores médios: a partir da atividade burocrática puderam expandir suas zonas de influência. Não havia uma vinculação direta entre a formação de setores médios e um desenvolvimento mais acentuado do caráter urbano-industrial. Esse processo, nas economias de enclave, se constitui num segundo momento, sobretudo a partir da fase de internalização do mercado interno, ocorrido pós a Segunda Guerra Mundial.

Assim, os setores médios, base de sustentação política do desenvolvimento do mercado interno, depararam-se, com um sistema de dominação e organização da produção diferenciado que concedia pouco espaço para incorporar suas pautas. É por meio do Estado, e as formas com que as oligarquias se articulam com a burocracia estatal, que se pode compreender a especificidade da transição nos enclaves (CARDOSO; FALETTTO, 1970).

Nesse sentido, o Estado expressará os termos e os limites de atuação entre os setores internos e externos, e em muitos casos, constituirá a via que garantirá a transição e constituição do mercado interno.

V. Fase de consolidação do mercado Interno

A fase de consolidação do mercado interno das economias latino-americanas é marcada por uma maior participação das classes médias urbanas e da burguesia industrial no sistema de dominação (CARDOSO; FALETTTO, 1970). Esse processo, entretanto, divergiu nos países à medida que foram distintas a conformação do bloco de poder instituída na fase de transição. Assim, Cardoso e Faletto (1970), classificam em três as modalidades de consolidação do mercado interno latino-americano: industrialização liberal; industrialização nacional-populista e industrialização orientado por um Estado populista.

Em resumo, a modalidade liberal, pressuporá um setor agrário exportador vigoroso, que permita a transferência cada vez maior de parte do excedente externo para o interno, tal como ocorreu na Argentina. Nesse país, observou-se também uma hegemonia e um maior desenvolvimento das burguesias locais, permitindo que o fortalecimento do mercado interno se desse sob a orientação mais nítida do setor urbano-industrial.

Na modalidade nacional-populista, a composição de dominação é mais diversificada: embora as forças urbano-industrial ganhem força crescente, as alianças incorporam desde a burguesia industrial, massas urbanas, setores médios até o setor agrário exportador moderno e tradicional, ao passo se coadunam e disputam pela apropriação e distribuição do excedente interno.

Por sua vez, na modalidade de industrialização orientada por um Estado desenvolvimentista, dada a debilidade dos grupos internos, à medida que se acumulam capitais no setor exportador constituído como

enclaves é possível, mediante a atuação burocrática estatal, constituir um programa que reorienta parte das inversões no setor urbano-industrial.

No geral, a consolidação do mercado interno nos países que internamente controlaram a produção, foi viabilizada pelo processo de industrialização por substituição de importações, caracterizado por um duplo movimento: expansão dos investimentos industriais privados, e expansão dos investimentos públicos, estes últimos orientado tanto para garantir as bases de atuação do setor privado, quanto para a criação de novas áreas de investimento, concentrados em torno da indústria básica e obras de infraestrutura (CARDOSO; FALETTTO, 1970).

Essas medidas, resultaram na recomposição do bloco de poder, cujo ponto de inflexão se expressa com maior vigor a partir da crise de 1929, produzindo espaço e influência crescente dos setores urbano-industriais compostos tanto pela burguesia manufatureira quanto pelas massas de operários, subempregados e setores não-operários que se avolumam nas cidades.

A presença dessas massas, ao lado do processo objetivo que dinamiza sua formação, ou seja, o processo crescente de industrialização e, portanto, de complexificação da divisão social do trabalho, conjugam as forças que deram sentido e orientaram o processo de desenvolvimento para dentro (IANNI, 1992).

Esse processo modifica o caráter do Estado, deixando de atuar meramente como mediador da política de financiamento e subsídio do setor agroexportador, para agir mais diretamente na política de desenvolvimento do mercado interno, provocando um processo de transferência de renda do setor exportador para o setor urbano-industrial (FURTADO, 1966).

Esse processo, entretanto, não pôde acontecer nos países onde a aliança do período de transição não incorporou ao bloco hegemônico o setor industrial, tal como ocorreu nas economias de enclave. Nesses países, o fortalecimento do mercado interno e o processo de industrialização dependerá mais do aparato burocrático estatal do que do impulso industrial para reorientar os fluxos de renda.

É enganoso, por sua vez, supor que a composição de poder a partir do desenvolvimento para dentro nos países que controlaram a produção, exclui do arco de alianças os setores tradicionais agroexportadores (IANNI, 1992). Em certos casos, como o que ocorreu no Brasil, fica patente o peso que o setor agrário exerce no interior do Estado.

Essa recomposição do equilíbrio de poder, fará com que as políticas industriais avancem, sem, entretanto, desmantelar a estrutura agrária, mesmo as mais arcaicas, à medida que estas garantiam, por um lado, excedentes que se transferiam parcialmente para o setor urbano-industrial, e por outro, mantêm grandes “massas rurais sob controle” (OLIVEIRA, 2003)

VI. Internacionalização do Mercado Interno e Desenvolvimento Associado

As transformações que permitiram aos países latino-americanos desenvolver os departamentos de produção de bens de capitais, é caracterizado por um duplo aspecto: a crise do populismo e do nacionalismo enquanto ideologia dominante, e da redefinição da relação centro-periferia (CARDOSO; FALETTTO, 1970; IANNI, 1992; WEFFORT, 1980).

Este duplo fundamento, expressa a nova forma dependência, entendida como a forma política de dominação interna e externa em que se pode realizar as determinações econômicas.

Como já assinalamos, Cardoso estabelece uma autonomia relativa entre economia e política, para posteriormente definir as relações políticas como o verdadeiro fundamento das contradições que o processo de desenvolvimento produz. Desta forma, o autor busca nos condicionantes políticos o verdadeiro substrato da dependência (MARTINS, 2011).

Os países que produziram o desenvolvimento do mercado interno com base nas políticas de industrialização substitutivas de importação, basearam sua atuação num processo de transferência de renda dos setores agroexportadores para o setor urbano-industrial.

Esse complexo de transformações, tomavam como base condições objetivas que se estabeleciam desde o mercado externo: manutenção do preço do café, sobretudo a partir dos anos 1940, assim, como bloqueio dos principais mercados hegemônicos produzidas pela Segunda Guerra (FURTADO, 1966; TAVARES, 1983)

Internamente, essas condições foram aproveitadas por meio da arbitragem estatal entre as diversas classes que compunham o bloco de poder. No caso do nacional-populismo, compõe o bloco de poder desde os setores agrários tradicionais, setores médios, operários urbanos e a burguesia industrial (WEFFORT, 1980). Encerrado o conflito bélico, mudam os vínculos entre o centro e a periferia, modificando, desta forma, a base objetiva que mantinham em equilíbrio os interesses internos (CARDOSO; FALETTTO, 1970; WEFFORT, 1980).

Enquanto os preços das exportações permanecessem estáveis, remunerando além do setor primário, o setor urbano-industrial, os termos da aliança poderiam ser assegurados. Não obstante, as políticas de taxas cambiais diferenciais, aprofundavam o quadro conflitivo, beneficiando a indústria, permitindo que se ampliasse os mecanismos de expansão da produção de base (petróleo, aço, química etc.).

A manutenção do desenvolvimento industrial exigia uma atuação cada vez mais vigorosa do Estado. Este por sua vez, financiava a expansão produtiva mediante divisas produzidas pela exportação, política cambial, política tributária e atuando diretamente como investidor, fazendo propagar na economia efeitos positivos (e negativos) de sua atuação, limitada, por sua vez, pela tendência ao desequilíbrio inflacionário(FURTADO, 1966; TAVARES, 1983).

Os limites do nacional-desenvolvimentismo começaram a aparecer com maior evidência, a partir da mudança no mercado internacional, afetando mais diretamente os preços do café - principal produto da balança comercial -, fazendo incorrer graves prejuízos aos setores agrários.

Incorrendo os governos em limites sérios para continuar financiando a expansão dos investimentos, e dada a pressão inflacionária - produzindo perdas constantes aos salários -, as massas populares logo entraram em confronto com os demais setores da aliança, sobretudo, com a burguesia industrial. Sem as condições objetivas do período anterior, perderam-se, portanto, as bases para manutenção da aliança nacional-populista(CARDOSO; FALETTO, 1970; WEFFORT, 1980).

Os limites do processo substitutivo de importações tornam-se mais nítidos a partir do momento que se reorientam os fluxos internacionais do capital(FURTADO, 1966). Nesta nova etapa, as empresas monopolista e oligopolista aturam diretamente com investidoras, transplantando fábricas e parques industriais para a periferia. A crescente transferências dos chamados Investimento Direto Estrangeiro (IDE) do centro para a periferia caracteriza o período de internacionalização do mercado interno.

Assim, as indústrias nacionais, dado o peso da concorrência estrangeira, já não encontram as mesmas condições para manter crescente a dinâmica de sua produção. Por outro lado, o esgotamento do desenvolvimentismo-populista não constituiu fato episódico: enquanto pôde se manter em equilíbrio a crescente incorporação de IDE, as políticas protecionistas do mercado interno e a pressão das massas, o desenvolvimentismo-populista pode-se manter como núcleo político.

No Brasil, quando este processo já sinalizava claros sinais de desgaste, adquiriu sobre fôlego com o suicídio de Vargas em 1954, rearticulando o apoio das massas urbanas. A reversão desse processo, entretanto, incorreu não somente no Brasil, mas em inúmeros países latino-americanos na instauração de governos autoritários.

Desta forma, as novas condições para expansão econômica estavam relacionadas com uma maior incorporação do capital monopolista internacional, que, ao instalarem-se na periferia, subordinavam e marginalizavam as indústrias internas, que passaram a funcionar como subsidiária e produtoras secundárias. Essa inflexão estrutural, desmantelou a aliança desenvolvimentista, produzindo no âmbito econômico, social e político, a redefinição dos marcos de poder.

Ganha peso, portanto, o capital monopolista internacional, que associado com a burguesia financeira interna e os estratos burocrático-autoritários do Estado assinalam os novos traços do desenvolvimento. A integração da economia latino-americana passa, desta forma, aos estágios mais avançados de modernização como "economias dependentes industriais periféricas" (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 125).

É interessante notar, que a partir desta nova etapa, as decisões de investimentos passam a ser predominantemente estrangeira, embora a realização da produção, dado o expressivo desenvolvimento do mercado nacional, ocorre internamente. A expansão da produção interna, portanto, depende da decisão de reinversão dos lucros monopolistas, que passam a atuar de forma mais incisiva no domínio dos mercados regionais.

Desta forma, estão dados os pressupostos para uma situação contraditória, onde existe simultaneamente desenvolvimento e autonomia. Assim, Cardoso e Faletto (1970) concluem que a relação entre economia nacional e centros dinâmicos capitalistas ocorre no âmbito interno e mantendo-se a heteronomia.

Em outras palavras, o desenvolvimento nacional depende da internalização da dominação externa, que não se dá apenas no nível do financiamento externo da indústria nacional, mas sobretudo, mediado pela incorporação do IDE ao sistema produtivo, o que eleva o grau de hegemonia do capital monopolista internacional, abrindo espaço para que se estabeleça o que denomina de "desenvolvimento associado".

VII. Considerações Finais

Ao observar esta drástica mudança do capitalismo no imediato pós-guerra, Cardoso e Faletto (1970)concluem que o processo de desenvolvimento das forças produtivas, ao produzir maior dinamização da economia ediversificação de empregos para áreas modernas, embora aprofundassem a dependência, poderiam ser compatibilizados com a maior participação e integração do capital internacional na economia subdesenvolvida.

Mesmo que em termos absolutos, a renda se concentre cada vez mais nos estratos monopolistas, a dinamização do mercado interno, permitirá em termos relativos, uma melhora nos níveis de vida da população.

A superação deste processo de dependência, portanto, passa a se dar contraditoriamente com a integração ao capital internacional. Assim, os termos com a aliança com o capital internacional, poderá permitir

internamente margem para que se produzam transformações importantes nos países subdesenvolvidos, sobretudo, no que diz respeito a uma melhor estruturação dos postos de trabalho e dinamização da renda, ao amadurecer as bases da produção de bens de capital.

Mais do que dependência, as novas formas de articulação colocam em evidência a interdependência entre centro e periferia, que, embora esta última padeça sobre a hegemonia externa, evidencia a relação de mediação e necessidade de “pactuação” de dominação política.

Portanto, diante do que foi dito, os termos da política se resolvem na contradição objetiva da nova conjuntura internacional do capital. A modernização, dessa forma, passa pela integração ao capital estrangeiro que controlam o crédito e a tecnologia da periferia.

REFERÊNCIAS

- [1]. CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. v. 1
- [2]. CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970. v. 1
- [3]. FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- [4]. FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- [5]. FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- [6]. GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. v. 1
- [7]. IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. v. 1
- [8]. MARTINS, C. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. v. 1
- [9]. OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- [10]. PARDO JR., C. P. **A Revolução Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- [11]. TAVARES, M. DA C. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- [12]. WEFFORT, F. **O Populismo da Política Brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.